



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPUCAIA DO SUL EM 23.04.2015

Aos 23 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapucaia do Sul a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001214-68.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro Bernarda Núbia Toldo, pela Coordenadora Rosane Schopf e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 06.05.2014

Data de Instalação do PJe: 27.06.2014

Jurisdição: Sapucaia do Sul

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 23.04.2015

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Bernarda Núbia Toldo	1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapucaia do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Rosane Schopf	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenadora (CJ1)	14.11.2008
2	Luciana Vasconcelos da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	28.05.2007
3	Adelmar de Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	03.11.2005
4	Luís Roque de Oliveira Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	16.01.2006
5	João Carlos Rodrigues da Silva Júnior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	04.12.2013
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Rubens da Silveira Cavalheiro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	03.11.2005
2	Marco Julius Argiles Erguy <i>(em férias)</i>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	03.07.2008
3	Loritânia Luiza Chicoski	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.07.2008
4	Luís Vinícius da Rocha Bohrz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.03.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamento dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	Adelmar de Oliveira	Curso ou Evento	9	12
		Dispensa de Ponto	2	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
2	João Carlos Rodrigues da Silva Junior	Doença em Pessoa da Família	1	8
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
		Fruição de dias trabalhados nas eleições	5	
3	Luciana Vasconcelos da Silva	-	-	-
4	Luís Roque de Oliveira Moraes	Curso ou Evento	5	308
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	303	
5	Rosane Schopf	Curso ou Evento	6	6
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	Loritânia Luiza Chicoski	-	-	-
2	Luís Vinicius da Rocha Bohrz	-	-	-
3	Marco Julius Argiles Erguy	Curso ou Evento	1	1
4	Rubens da Silveira Cavalheiro	-	-	-



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Maria Emília Grando	14.11.2013	20.03.2014	4 meses e 7 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

Conforme consulta ao Sistema RH em 19.03.2015, não consta movimentação de servidores na Central de Mandados do Foro de Sapucaia do Sul.

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Adelmar de Oliveira	-	-	39	39
2	João Carlos Rodrigues da Silva Júnior	-	-	109,5	109,5
3	Luciana Vasconcelos da Silva	-	-	132	132
4	Luís Roque de Oliveira Moraes	-	-	36	36
5	Rosane Schopf*	-	-	30	30

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Loritânia Luiza Chicosci	20	4	75	99
2	Luís Vinícius da Rocha Bohrz	-	4	-	4
3	Marco Julius Argiles Erguy	-	4	8	12
4	Rubens da Silveira Cavalheiro	-	4	120	124



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em (19.03.2015) – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	239	R\$ 1.144,71	R\$ 180,00
Média mensal – 2013	19,92	R\$ 95,39	R\$ 15,00
2014	231	R\$ 1.070,64	R\$ 210,02
Média mensal – 2014	19,25	R\$ 89,22	R\$ 17,50
Variação 2013-2014	-3,35%	-6,47%	16,68%
2014 (até mar)	30	R\$ 165,90	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 22.04.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 19,25 certidões negativas por mês em 2014, média 3,35% inferior à verificada no ano anterior.

Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues às no mesmo dia do recebimento do requerimento, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte após a elaboração da certidão. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados em pasta própria na repartição, por quatro meses e, após, são guardados em caixa no arquivo.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	10.407 – 84,71%	1.879 – 15,29%	12.286
Processos com reclamadas	39.840 (totalmente) – 95,07%	1.148 – 2,74%	41.908
	920 (parcialmente) – 2,20%		



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada a partir de comunicação das demais Varas do Trabalho, mediante certidões dos oficiais de justiça, informações da Corregedoria Regional e consulta à base de dados da Receita Federal e Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. A Coordenadora está autorizada pela Direção do Foro a unificar os dados cadastrais, independentemente de despacho, o que agiliza o procedimento.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 20.04.2015, 84,71% das reclamadas do Foro de Sapucaia encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 95,07% dos processos que tramitam na Comarca.

Esses números apontam pequeno retrocesso em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujo número de reclamadas unificadas era de 10.270, correspondendo a um percentual de 85,44%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		6.858 – 84,03%	1.303 – 15,97%	8.161
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	36.888 (totalmente) – 88,02%	5.004 – 11,94%	41.908
		16 (parcialmente) – 0,04%		
	Reclamada	37.327 (totalmente) – 89,07%	3.655 – 8,72%	
		926 (parcialmente) – 2,21%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 84,03% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Sapucaia do Sul encontravam-se unificados, restando 1.303 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 88,02% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 89,07%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2014, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 84,00% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado.



3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	979 – 93,33%	70 – 6,67%	1.049
Processos com Órgãos	4.297 – 81,60%	969 – 18,40%	5.266

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 20.04.2015, 93,33% do cadastro de órgãos se encontrava unificado. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano anterior, verifica-se aumento do percentual de Órgãos unificados, que era de 93,25% em 29.04.2014.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até XXX)
Ação Anulatória	0	0	-	0
Ação Cautelar	7	3	-57,14%	0
Ação Civil Coletiva	1	1	0,00%	0
Ação Civil Pública	4	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	1	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de honorários	7	7	0,00%	0
Ação de consignação	24	11	-54,17%	0
Ação de cumprimento	21	6	-71,43%	0
Ação de indenização	80	30	-62,50%	0
Ação declaratória	2	0	-100,00%	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	1	0	-100,00%	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	6	3	-50,00%	0
Carta de sentença	2	4	100,00%	1
Carta precatória	412	168	-59,22%	0
Carta rogatória	0	0	-	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	16	11	-31,25%	3
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	0	0	-	0
Mandado de segurança	4	0	-100,00%	0
Outros	0	0	-	0
Protesto	3	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	1.537	757	-50,75%	0
Reclamatória-sumaríssimo	180	74	-58,89%	0
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	0	-	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	4	0	-100,00%	0
TOTAL	2.312	1.075	-53,50%	4
MÉDIA POR MÊS	192,67	89,58	-53,50%	2,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

No ano de 2014, foram cadastrados 1.075 processos físicos pela Coordenadoria, registrando-se uma média mensal de 89,58 cadastros. Comparando com os dados de 2013, verificou-se redução de 53,50% processos cadastrados. Essa grande redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul a partir de 27.06.2014, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 3.146, de 9 de junho de 2014.

Em números de ações, as reclamações trabalhistas do rito ordinário representaram 70,42% de todos os processos cadastrados, seguidas das cartas precatórias que alcançaram 15,63%.



3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES DE PROCESSOS FÍSICOS

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	21.235	232	91,53
2014	17.627	228	77,31
Variação 2013-2014	-16,99%	-1,72%	-15,53%
2015 (até mar)	2.684	26	103,23

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que as petições e documentos protocolados para Unidades Judiciárias que compõem o Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul totalizaram 17.627 protocolos em 2014. Esse número corresponde a uma média de 77,31 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior (2013), verifica-se redução de 15,53% da média de petições e documentos protocolados, queda que decorre do fato de ter sido implantado o PJe, em 27.06.2014, na Comarca, que dispensa protocolização de petições e documentos.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo das Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul fica no piso superior do prédio onde está situado o Foro. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, são baixados com data e carimbo da Coordenadora. Feito isto, são impressos os controles de retiradas dos processos das guias com o seu respectivo número de lote e ano, se com dívida ou não, ou com pendências. Após são amarrados e arquivados, em ordem cronológica, nas estantes do arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontra-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.



De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 220 guias de arquivamento pelas Varas do Trabalho do Foro de Sapucaia do Sul.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se não haver processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1 DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul está dividida em dois setores, cujo marco divisório é a linha do trem. O número de mandados é dividido em partes proporcionais ao número de Oficiais. Ainda segundo a Coordenadora, tanto o setor 1 como o setor 2 seguem a mesma regra, ou seja, os Oficiais recebem o mesmo número de mandados do Setor 1 e 2, semanalmente. A compensação é controlada pela Coordenadora, sendo que, no encerramento do ano, todos os servidores recebem o mesmo número de mandados, independentemente das férias, se foram usufruídas ou não. Também é feito o controle das penhoras distribuídas ao longo do período.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, a Coordenadora da Central de Mandados afirmou que não é feito o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores, na medida em que todos cumprem mandados nos dois setores, simultaneamente.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, sempre nas quintas-feiras, sendo que os mandados classificados como urgente e de plantão são distribuídos no dia da remessa ao plantonista da semana, conforme escala.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução dos mandados é feita no mesmo dia em que os Oficiais fazem a entrega dos mandados à Central, e isto ocorre mediante registro em livro próprio adotado na Coordenadoria, para fins de controle.



4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1 Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos físicos		
	Total	Média mensal
2013	2.007	167,25
2014	1.395	116,25
Variação 2013-2014	-30,49%	-30,49%
2015 (até mar)	175	58,33

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2013	-	-
2014 (a partir de 27.06)	782	65,17
Variação 2013-2014	-	-
2015 (até mar)	304	101,33

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.04.2015)

Em 2014, a Central de Mandados de Sapucaia do Sul recebeu 2.177 mandados, sendo 1.395 de processos físicos e 782 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 181,42 mandados recebidos, registrando-se aumento de 8,47% em relação à média de 2013.

4.3.2 Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até mar)
Busca e Apreensão	2	3	50,00%	0
Citação	268	225	-16,04%	43
Condução de Testemunha	3	5	66,67%	0
Notificação	1.132	727	-35,78%	70



Penhora	430	325	-24,42%	39
Outros	163	114	-30,06%	30
Total	1.998	1.399	-29,98%	182

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até mar)
Notificação	-	591	-	282
Mandado	-	147	-	58
Ofícios	-	3	-	5
Total	0,00	741	-	345

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.04.2015)

Foram cumpridos 2.140 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2014, dos quais 1.399 de processos físicos e 741 de processos eletrônicos. Considerando o número total de mandados recebidos das Varas (item 3.3.1 – 2.177 mandados), constata-se que foram recebidos 37 mandados a mais do que os cumpridos no mesmo lapso, aumentando o estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2014 para 2015.

Em 2014, a média de mandados cumpridos mensalmente, contando processos físicos e eletrônicos, foi de 178,25, média 7,06% maior que à de 2013. Em relação aos tipos de diligências recebidas, as notificações são as mais frequentes tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até mar)
Busca e Apreensão	1,00	0,67	-33,33%	-
Citação	3,89	5,85	50,29%	3,65
Condução de Testemunha	39,00	4,80	-87,69%	-
Notificação	2,75	3,28	19,36%	3,97
Penhora	6,43	7,62	18,62%	13,79
Outros	2,28	3,91	71,89%	4,83



Prazo médio geral	3,71	4,76	28,21%	6,14
--------------------------	-------------	-------------	---------------	-------------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2014 (até mar)
Notificação	-	6,70	-	8,84
Mandado	-	9,30	-	16,43
Ofício	-	4,00	-	9,60
Média Geral	0,00	7,21	-	10,13

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.04.2015)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Sapucaia do Sul aumentou 28,21% em 2014, na comparação com o ano anterior. Os mandados de penhora foram os que demandaram maior tempo para cumprimento (média de 7,62 dias) pelos oficiais de justiça avaliadores, seguidos pelos mandados de citação (média de 13,87 dias para cumprimento). Por outro lado, o cumprimento mais célere em 2014 foi verificado nos mandados de busca e apreensão (8,16 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores foi de 7,21 dias em 2014, tempo 54,40% maior do que a média geral dos mandados de processos físicos do mesmo período. As diligências classificadas como “mandado” registraram maior tempo médio de cumprimento entre os processos eletrônicos (9,30 dias). Por sua vez, os ofícios são as diligências com menor lapso de cumprimento (4 dias).

4.3.4 Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até mar)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	0	0,00%	0	0,00%	0	-
Citação	5	1,87%	30	13,33%	0	0,00
Condução de Testemunha	2	66,67%	1	20,00%	0	-
Notificação	18	1,59%	45	6,19%	5	7,14



Penhora	37	8,60%	59	18,15%	10	25,64
Outros	5	3,07%	14	12,28%	0	0,00
Total Geral	67	3,35%	149	10,65%	15	8,24

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.04.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até mar)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	0	-	132	22,34%	98	34,75%
Mandados	0	-	56	38,10%	38	65,52%
Ofícios	0	-	0	0,00%	1	20,00%
Total	0	-	188	25,37%	137	39,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 20.04.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, **em relação aos processos físicos**, que foram devolvidos 149 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 10,65% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 3,35% do total de mandados cumpridos. Excluída a condução de testemunha, que possui número ínfimo, a penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (18,15%), seguidas dos mandados classificados como “outros” (12,28%).

Quanto aos **mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 188 mandados foram devolvidos com atraso pela Central de Mandados em 2014, que equivale a 25,37% de todos os mandados cumpridos.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Sapucaia do Sul.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rubens da Silveira Cavalheiro						
PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	00	00
Citação	74	74	47	47	10	10
Condução de Testemunha	00	00	01	01	00	00
Notificação	275	278	174	174	18	18
Penhora	138	138	74	74	03	03
Outros	49	49	31	31	11	11
Total	536	539	329	329	42	42

PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	152	146	62	68
Mandado	00	00	28	28	07	07
Ofício	00	00	01	01	03	03
Total	00	00	181	175	72	78

Marco Julius Argiles Erguy						
PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01	00	00
Citação	72	72	71	71	12	12
Condução de Testemunha	02	02	02	02	00	00
Notificação	287	284	164	169	23	23
Penhora	99	97	79	81	13	12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Outros	30	30	30	30	06	06
Total	490	485	347	354	54	53
PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	149	141	52	60
Mandado	00	00	48	46	18	20
Ofício	00	00	01	01	00	00
Total	00	00	198	188	70	80

Loritânia Luiza Chicoski						
PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	70	67	45	48	10	10
Condução de Testemunha	00	00	02	01	00	00
Notificação	280	280	198	198	17	17
Penhora	99	98	85	83	10	12
Outros	41	40	25	26	06	06
Total	490	485	355	356	43	45
PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	154	145	78	87
Mandado	00	00	46	41	16	21
Ofício	00	00	00	00	00	00
Total	00	00	200	186	94	108



Luís Vinícius da Rocha Bohrz						
PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	00	00	00	00
Citação	57	55	57	59	12	10
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	288	290	185	186	11	12
Penhora	99	97	89	87	09	12
Outros	44	44	32	27	03	07
Total	490	488	364	360	35	41
PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até mar)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	00	00	151	144	54	61
Mandado	00	00	30	28	08	10
Ofício	00	00	02	01	01	02
Total	00	00	183	173	63	73

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Central de Distribuição de Feitos do Foro de Sapucaia do Sul apresenta excelente organização e conta com a atuação interessada e comprometida da Coordenadora Rosane Schopf. As unificações cadastrais, apesar de ínfimo retrocesso no que respeita as demandadas, evoluiu em relação aos endereços dos advogados e, de qualquer, forma, há que se lembrar que a atribuição, com a instalação do PJe (em Sapucaia do Sul desde junho de 2014), passou a ser centralizada na Corregedoria. O prazo médio para o cumprimento de mandados, considerando tanto os originados em processos físicos como eletrônicos, apesar de terem apresentado aumento em relação ao ano anterior, ainda mantém-se em bons parâmetros. Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou os integrantes da unidade e reconheceu o comprometimento de todos.



7 DETERMINAÇÕES

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

8 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, sendo que não compareceram interessados.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro Bernarda Núbia Toldo, pela Coordenadora Rosane Schopf e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck

Corregedora Regional